

ESTADO DE SÃO PAULO

Empresários criticam medidas e FHC promete baixar juros

Empresas devem demitir para enfrentar o aumento da carga tributária, prevê o presidente da Fiesp

ISABEL DIAS DE AGUIAR
e IRANY TEREZA

A redução dos juros, hoje de 49,75%, foi a principal reivindicação do grupo de empresários convocado domingo para uma reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em Brasília. Os empresários também reivindicaram medidas compensatórias para atenuar os efeitos do ajuste fiscal na atividade econômica.

Além das clássicas reivindicações de estímulo às exportações, os dirigentes das principais empresas do País e representantes de entidades de classe pediram a intervenção do governo para a liberação dos recursos "empesados" no sistema financeiro, a renegociação de dívidas fiscais e financeiras e a retirada de impostos sobre operações de crédito para baixar o custo do dinheiro.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, disse que não concorda com a premissa oficial de que o ajuste fiscal deverá contribuir para a estabilização do nível do emprego. Segundo ele, as empresas encontram-se extremamente descapitalizadas e deverão reagir ao aumento da carga tributária com a dispensa de mão-de-obra.

"O mercado desemprega ou empurra suas atividades para a informalidade. "Os empresários, segundo Piva, advertiram o governo sobre o efeito perverso da alta da Contribuição Provisória sobre as Operações Financeiras (CPMF). Em alguns setores, o custo da produção deverá aumentar em até 4%, afirmou, referindo-se à hipótese da elevação da alíquota para 0,35%.

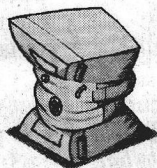
"No momento que o País se prepara para uma reforma tributária, é inconcebível que se pense em ampliar o imposto sobre a movimentação financeira, que não existe em país desenvolvido nenhum", disse Piva.

Empresários do setor de máquinas publicam hoje um duro manifesto no qual criticam a opção do governo por aumento de impostos, considerada "burra". Eles pedem, em vez disso, mecanismos de desenvolvimento auto-



Moreira Ferreira, vice-presidente da CNI: empresários estão confiantes no resultado das decisões do governo, mas desta vez haverá uma cobrança maior do que a ocorreu no fim do ano passado

Sérgio Castro/AE



ABIMAC
CONSIDERA
PLANO BURRO E
OPÇÃO FÁCIL

sustentado, com formulação de políticas duradouras para todos os setores produtivos.

"Infelizmente, a velha lógica da opção fácil denuncia mais um duro golpe: aumento de impostos, iniciativa burra que causará uma queda generalizada do consumo, aprofundando a recessão e, por consequência, diminuindo a arrecadação, em vez de aumentá-la", diz o texto assinado pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e o Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (Sindimaq).

"Diante disso, a ordem é lutar", conclama o manifesto. "Vamos usar todos os meios para que aqueles mandatários acordem, tomem um banho de realismo, bom senso e civismo e consigam ver que o Brasil somente sairá do buraco em que o meteram com mecanismos de desenvolvimento auto-sustentado."

"O presidente comprometeu-se a baixar os juros o quanto antes", disse ontem o vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que espera um período de grandes dificuldades, com aumento do desemprego em todo o setor produtivo.

Moreira Ferreira disse que não houve detalhamento do programa de ajuste fiscal, somente "uma visão global" das medidas

que devem ser divulgadas oficialmente amanhã.

Uma declaração do vice-presidente da CNI confirmou a tese de que haverá muita negociação sobre as medidas que poderão compensar o impacto do aumento do imposto, que incide sobre todas as operações financeiras, no balanço das empresas. "Vamos ver como isso será feito, o que vem em troca disso e de que maneira será proposto", disse.

Mesmo criticando o provável aumento da carga tributária, Moreira Ferreira, ex-presidente da Fiesp, disse que o empresariado está confiante no resultado das decisões do governo. "Fernando Henrique tem a rédea na mão", afirmou, deixando claro, no entanto, que desta vez haverá mais cobrança pelas reformas do que a que ocorreu no fim do ano passado, quando foi baixado, logo depois da explosão da crise asiática, o pacote de 51 medidas de contenção de gastos, mas a reforma não veio. "Queremos uma reforma tributária de verdade, não uma meia-sola", criticou.

O empresário comentou que a principal preocupação demonstrada por Fernando Henrique na reunião foi com relação às mudanças nas contribuições previdenciárias. "Ele comentou que será necessária uma cirurgia grande nessa área, onde o dinheiro está escorrendo pelo ralo", informou. A expectativa, pelas informações que já vazaram sobre o programa, é de que o governo proponha o pagamento à Previdência de 11% sobre o salário de servidores ativos, inativos e pensionistas. Haverá também alíquotas de 15% para os que ganham acima de R\$ 1,2 mil e de 16% para salários superiores a R\$ 4,5 mil.